



PARECER N. 006/2017 – ASSEJUR/ADM

PROC. Nº : 2141/2016
REQUERENTE : DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
ASSUNTO : Abertura de Procedimento Licitatório visando registro de preços para aquisição de aparelhos telefônicos no intuito de atender as demandas do Ministério Público do Estado do Acre.

Trata-se de análise dos aspectos jurídicos relativos à abertura do **PREGÃO PRESENCIAL 003/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO** – visando à aquisição de aparelhos telefônicos no intuito de atender as demandas do Ministério Público do Estado do Acre – MPAC, conforme solicitação de licitação contida à fl. 02, expedida pelo Chefe da Divisão de Material e Patrimônio.

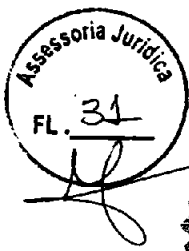
Os autos foram encaminhados a esta Assessoria Jurídica pelo Departamento de Licitações para análise dos documentos necessários à instrução processual e à composição do processo de licitação, nos termos da legislação federal e estadual vigente.

Instruem os autos, anexos ao referido edital: Termo de Referência (Anexo I); Modelo de Declaração de Habilitação (anexo II); Modelo de Identificação de Micro e Pequena Empresa (Anexo III); minuta da Ata de Registro de Preço (Anexo IV) e minuta do Contrato (Anexo V).

É o relatório necessário. Manifesto-me, tal como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Quanto à formalização do processo de licitação, verifica-se que foi devidamente autuado, protocolado e numerado, em consonância com o disposto no artigo 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

O procedimento administrativo interno se encontra instruído com documentos essenciais ao regular processamento da licitação, dentre eles: **1)** solicitação da abertura do procedimento pelo setor competente (fl. 02); **2)** Termo de Referência, contendo a justificativa detalhada da necessidade de contratação e os objetos da licitação descritos de forma completa e minuciosa (fls. 12/18); **3)** a autorização para a abertura de licitação advinda da autoridade superior (fl. 09); **4)** tabela de pesquisa de interesse e levantamento de preços (fls. 23/25).



**Ministério Público
do Estado do Acre**
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO



A modalidade escolhida é o Pregão Presencial para Registro de Preços, prevista na Lei 10.520/2002 (lei que instituiu a modalidade de licitação denominada Pregão), c/c o art. 15, II, da Lei nº 8.666/93, regulamentado nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013 (regulamento do sistema de registro de preços), a qual entendo ser perfeitamente cabível e mais vantajosa para a Administração Pública em razão da ampla competitividade de preços dela decorrentes.

Além disso, pela descrição do objeto e pela justificativa apresentada para sua aquisição no termo de referência, concluo que se adequam perfeitamente aos fins desta Instituição, não caracterizando qualquer desvio na aquisição dos objetos.

Dando início ao exame dos documentos em referência, denota-se que estão atendidas as exigências da Lei nº 10.520/02 (Pregão), dos Decretos Federais nos. 3.555/00 (Regulamentação do Pregão) e 7.892/13 (Sistema de Registro de Preços), da Lei nº 123/06, do Decreto Estadual nº 5.967/10 (Regulamento Estadual do Sistema de Registro de Preços) e da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) com suas alterações ulteriores. Além disso, o edital de pregão preenche os requisitos obrigatórios contidos no art. 3º, incisos I a IV, da Lei nº 10.520/02 c/c o art. 40, e respectivos incisos, da Lei nº 8.666/93.

Em relação à minuta do contrato, bem como da ata de registro de preços, verifica-se que ambas atendem às exigências do art. 15, inciso II, §§ 1º ao 5º, e artigo 55, e incisos, da Lei de Licitações e Contratos Públicos, constando, nos instrumentos, as cláusulas obrigatórias previstas na referida norma.

Diante do exposto, entendo que o procedimento administrativo para abertura de processo licitatório está condizente com o ordenamento jurídico, notadamente com a Lei nº 8.666/93 e com os demais instrumentos legais citados, não havendo óbice legal à realização do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017**.

À consideração superior.

Rio Branco – Acre, 13 de janeiro de 2017.


SAMARA MAIA DOS SANTOS
Assessora Jurídica